

OS SALÁRIOS NA REGIÃO NORTE – CONHECER PARA TRANSFORMAR⁽¹⁾

Carlos Pimenta*

1. EM ESTILO DE INTRODUÇÃO

1.1 - Em 1847, Karl Marx realizou umas Conferências na Associação dos Operários Alemães de Bruxelas, posteriormente publicadas na Nova Gazeta Renana a partir de 5 de Julho de 1849. Em *Trabalho Assalariado e Capital*, pois é essa a obra a que nos referimos, o autor coloca a questão: "Que é o salário? Como se determina?", à qual se seguem importantes páginas de resposta em que de início se explicitam noções do senso comum que são cuidadosamente desmontadas e sobre as ruínas do empirismo elabora as suas construções científicas:

"Se perguntássemos aos operários - que salários recebem? responderiam: (...). Conforme os diferentes ramos de trabalho a que pertencem, assim nos indicariam diversas quantias (...). Apesar da diversidade das suas indicações, todos concordarão neste ponto: o salário é a soma em dinheiro que o capitalista paga por um determinado tempo de trabalho ou pela prestação de determinado trabalho. Parece portanto que o capitalista **compra** trabalho deles em dinheiro. Estes **vendem-lhe** o seu trabalho a troco de dinheiro. Mas só na aparência é que isto se passa. Na realidade, o que os operários vendem ao capitalista a troco de dinheiro é a **sua força de trabalho**. (...) O Salário não é portanto uma quota-parte do operário na mercadoria

* Faculdade de Economia do Porto.

produzida por ele. O salário é a parte da mercadoria já existente, com que o capitalista compra para si uma determinada quantidade de força de trabalho produtiva.
(...)

O salário é pois determinado pelas mesmas leis que determinam o preço de qualquer outra mercadoria" [13, 27/31].

Uma questão simples, que aparentemente qualquer indivíduo estaria em condições de responder, mas cuja efectiva complexidade de construção científica levou muitos anos a amadurecer, como o salienta Friedrich Engels na sua Introdução de 1891 à referida obra:

"Por isso, previno já o leitor: esta é a brochura não como Marx a redigiu em 1849 mas, aproximadamente, como ele a teria escrito em 1891. (...)

As minhas alterações giram todas em torno de um ponto. Segundo o original, o operário vende ao capitalista o seu **trabalho** em troca do salário; segundo o texto actual, ele vende a sua **força de trabalho**" [13, 12].

E do texto anterior resultam alguns ensinamentos que não são despendiendos na elaboração do presente artigo, apesar da modéstia dos objectivos que ele visa atingir:

a) Há que estar prevenidos contra as interpretações aparentemente evidentes assentes em empirismos, impondo-se uma leitura teórica, assente na economia política;

b) Os fundamentos da compreensão da realidade salarial encontram-se nas categorias centrais do capitalismo e no seu relacionamento, com particular destaque para o valor; determinar as cadeias de concretização dos conceitos abstractos numa determinada sociedade específica é a via da construção científica;

c) Nos salários intervêm os trabalhadores assalariados e os capitalistas, enquanto classes sociais e agentes individuais, mas tal não anula as leis objectivas de funcionamento do modo de produção capitalista, que de forma permanente condiciona o campo de acção dos indivíduos.

Neste ano de comemoração do centenário da morte de Marx, além destas preciosas notas metodológicas que nos legou, impõe-se continuar a divulgação dos seus ensinamentos, com fidelidade aos seus textos e, simultaneamente, com iniciativa criadora e compilação atenta dos conhecimentos desde então acumulados, convergência da crítica às novas teorias burguesas, da experiência do movimento operário e popular, da revelação dos fenómenos visíveis na sociedade que desejamos melhor conhecer, para transformar.

1.2 - Vive-se num quadro de crise geral do capitalismo, agravada internamente por uma crise de sobreprodução de grande violência

e por um vasto conjunto de novos fenómenos que se acumulam aos já anteriormente existentes - inflação, desequilíbrios nas balanças de pagamentos, instabilidade monetária, dívida externa, expansão do crédito e permanente ameaça de ruptura - e, externamente, pela consolidação e alargamento da comunidade socialista e pelos movimentos de libertação nacional do colonialismo e neo-colonialismo. Esta situação gera uma grande desorientação e profundos movimentos contraditórios, que não deixam de atingir os trabalhadores e as suas estruturas representativas. É um fenómeno objectivo que a experiência de luta e consciência de classe, a organização e ligação às massas podem minorar.

A passividade e descrença de alguns estratos é contrapartida do aumento do desemprego, do trabalho temporário, do trabalho ao domicílio, do alastramento do trabalho ilegal e da economia subterrânea, da repressão nos locais de trabalho e na sociedade.

A dificuldade de encontrar soluções operacionais para a resolução dos problemas concretos com que os trabalhadores se debatem é a expressão do agravamento das condições de vida das massas populares, da falência de todas as políticas económicas dos Estados capitalistas - ensaiadas segundo diversas orientações teóricas e princípios ideológicos -, a inoperacionalidade de medidas progressistas respeitadoras do quadro institucional do sistema e, ao mesmo tempo, a não permanente viabilidade de uma transformação socialista da sociedade. A realidade portuguesa contemporânea, em que ainda ardem as achas da Revolução, é bem paradigmática desta situação. Por isso também por cá se ouvem frequentemente os apelos praticistas ao abandono da teoria: - "O que é preciso é agir, lutar!". O complemento, expresso ou não, é a redução da teoria a coisa menor. E, no entanto, não há prática revolucionária sem teoria revolucionária, mantendo ambas uma permanente relação dialéctica. E,

"Só o materialismo filosófico de Marx indicou ao proletariado a saída da escravidão espiritual em que vegetaram até hoje todas as classes oprimidas. Só a teoria económica de Marx explicou a situação real do proletariado no conjunto do regime capitalista" (9, 39).

1.3 - Como se determina o salário no Norte de Portugal, no distrito do Porto? Esta a grande questão a que procuraremos dar algumas pistas de resposta. E para tal impõe-se articular o que é aplicável ao conjunto da sociedade portuguesa com o que é específico da região, especificidade detectável numa comparação instantânea com os restantes distritos e numa observação dos mecanismos de evolução ao longo do tempo.

A questão anterior é desdobrável num conjunto de perguntas bem mais específicas:

- Como se determina um salário (nominal) ⁽²⁾ médio no conjunto do País?

-
- Quais os factores que determinam a sua evolução?
 - Que semelhanças e diferenças existem entre os salários no Norte e nas restantes zonas do País? Como explicá-las?
 - Quais os pontos de convergência e divergência entre as determinantes da evolução dos salários no Norte e no conjunto do País? Como interpretá-los?

Dar-lhes respostas completas exigiria um estudo histórico-económico da acumulação capitalista em Portugal e no Norte, transcendendo em muito o âmbito deste artigo. Limitar-nos-emos a referenciar elementos, a lançar pistas de trabalho, a sistematizar informações, a divulgar conclusões. Trabalho por certo bastante incompleto a exigir um aprofundamento, tanto mais proffcuo quanto institucional e multidisciplinar.

Como seria fácil de deduzir das anteriores premissas sobre a importância da teoria, começaremos por traçar um modelo explicativo dos salários, entendendo por tal uma representação simplificada da realidade assente nas concatenações essenciais das categorias económicas. Tal assunto ocupará o ponto 2, desdobrando-se numa abordagem nacional primeiramente, e regional de seguida.

Só após a captação do essencial estamos em condições de interpretar os fenómenos:

"No fenómeno, o essencial está vinculado ao não essencial, ao casual.

(...)

O fenómeno é a manifestação externa da essência, a forma pela qual aparece. O fenómeno não esgota a essência, expressa-a de modo incompleto, manifesta somente um aspecto da mesma. Por isso dizemos que a essência é algo geral e o fenómeno algo singular. Uma mesma essência pode manifestar-se numa massa de fenómenos e também num fenómeno essencial singular" (5, 40/41).

Aqueles preencherão o ponto 3. Começa-se por se esboçar uma comparação interdistrital, para de seguida se entrar na dinâmica regional ao longo do tempo.

Finalmente, no ponto 4 faremos algumas referências, necessariamente ligeiras, à articulação entre as leis objectivas da sociedade e a luta de classes, entre aquelas e o campo de acção dos sindicatos na transformação das condições de vida dos trabalhadores e da sociedade portuguesa.

2. REFERÊNCIAS A UM MODELO GLOBAL EXPLICATIVO DOS SALÁRIOS

Desde o 25 de Abril que a temática salarial tem sido objecto de diversos trabalhos, continuando alguns louváveis esforços que já anteriormente tinham sido lançados. Assim, como salientamos em recente comunicação [19], encontramos trabalhos virados para o nosso País que tentam quantificar os impactos do emprego, produtividade, qualificação dos trabalhadores, localização industrial, percentagem de mulheres, dimensão dos estabelecimentos, desenvolvimento tecnológico e preços sobre os níveis de salários, as variações de salários ou a repartição do rendimento, ora num corte sincrónico sectorial ou regional, ora diacrónico, para períodos diferentes de estudo para estudo. Incidindo sobre variáveis explicativas inerentes ao tipo de trabalho, à estrutura profissional e às características do local de trabalho, muitos desses estudos têm contribuições inestimáveis para o conhecimento da nossa realidade nacional e regional (3). A eles se juntaram as recentes pesquisas sobre a influência do desemprego [20] (4) e alguns inícios de investigação sobre os impactos da concentração industrial [18] e os salários-líder (5).

Contudo, todo esse manancial informativo surgiria desarticulado, por vezes contraditório, se não fosse integrado num modelo explicativo global. E este que tentamos esboçar no presente ponto, conscientes do seu carácter primário - a sua própria enunciação exigiria uma multidisciplinaridade inexistente no nosso país - e das dificuldades, diríamos impossibilidades, no actual estágio de conhecimento, de quantificação.

2.1 - Como se encontra claramente expresso em *O Capital* [10] e consta, de maneira mais ou menos simplificada, em qualquer obra de divulgação, o salário é o preço que corresponde ao valor da mercadoria força de trabalho. Este enunciado breve permite-nos explicar um conjunto de aspectos, a saber:

- Os salários têm a sua determinação profunda no funcionamento da lei do valor;

- Entre o valor da força de trabalho e o salário existem diferenças que resultam do modo de funcionamento da sociedade capitalista, da interferência de factores políticos, sociais, ideológicos e outros e ainda da aleatoriedade dos comportamentos individuais.

O facto de dizermos que os salários são expressão da lei do valor, pressupõe que a força do trabalho é diferente do trabalho e é uma mercadoria, que existe unidade essencial em relação ao valor de todas as restantes mercadorias e que aquele é quantificável.

Não abordaremos o primeiro aspecto, por ele nos conduzir à abordagem de matérias que consideramos como adquiridas. Recor-

demos apenas que da definição da força de trabalho resultam alguns vectores: a) a força do trabalho é inseparável do homem; b) só em determinadas condições históricas a força de trabalho existente se autonomiza como categoria própria e assume por si mesma uma relevância social; c) o que lhe dá existência é ser uma potencialidade de trabalho futuro com realização; d) é essencialmente um produto social como o homem; e) a força de trabalho tem de reproduzir-se, o que se processa com a reprodução simultânea dos trabalhadores e das relações sociais de produção. Eles têm que estar presentes nas locubrações seguintes ⁽⁶⁾.

Quanto ao segundo aspecto reputamo-lo da máxima importância, sobretudo na abordagem do relacionamento causal entre variações de salários e preços, pelo que nos mereceu um maior desenvolvimento noutros trabalhos [15]. Aqui, como recordação, deixamos apenas os tópicos: a) a força de trabalho, tal como as restantes mercadorias, tem a sua origem na existência de produtores independentes, enquanto forma de organização social na luta pela sobrevivência contra a natureza, embora só surja quando se dá a separação entre quem realiza o trabalho e quem possui a propriedade; b) a essa independência corresponde simultaneamente uma interdependência forjada no primado da sociedade sobre o indivíduo; c) a mercadoria força de trabalho, tal como as restantes, é uma relação social; d) é da contradição entre o valor de uso e o valor que resulta a troca, momento inovador em relação à "produção"; e) o valor de troca é a expressão quantitativa dessa contradição entre valor de uso e valor; f) a quantidade de valor da força de trabalho e das restantes mercadorias é medida pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua reprodução.

Esta última alínea remete-nos directamente para o terceiro aspecto, que é aquele que mais nos interessa no momento presente. A questão "o que é que determina o valor da força de trabalho?" Marx respondia sinteticamente:

"Valor dos objectos de primeira necessidade que são precisos para produzir, desenvolver, conservar e perpetuar a força de trabalho" [12, 46/7].

Dispensando-nos de especificar o que se entende por este breve trecho, como o fizemos noutro local [15, 141/151], chamamos apenas a atenção para o facto de o conceito de "primeira necessidade" se aplicar ao conjunto de todos os vendedores da força de trabalho e não a cada um individualmente, englobar a reprodução dos trabalhadores e evoluir historicamente. A mercadoria força de trabalho é a única que é produzida "exteriormente" ao processo de produção capitalista, a única que nunca é capital-mercadoria, a única que integra sempre o ciclo do capital como capital variável. A sua "produção" processa-se sempre num quadro de transferência de valor, o que significa duas coisas:

a) Apenas os objectos de primeira necessidade que possuem valor é que são contabilizáveis no valor da força do trabalho.

"Marx enumera os valores de uso indispensáveis à manutenção e à reprodução da força de trabalho operária: do cabaz dos bens necessários para a alimentação, o vestuário e a habitação às despesas da saúde e da formação profissional, do mínimo psicológico aos elementos socialmente determinados pela história. Quando estes valores de uso são mercadorias constituem o valor da força de trabalho" (3, 9).

b) O valor da força de trabalho é tanto maior ou menor quanto mais ou menos objectos de primeira necessidade estiverem abrangidos pela produção mercantil.

Mas o mesmo autor que nos tem estado a servir de base acrescenta:

"Por outro lado, para modificar a natureza humana de modo a fazer-lhe adquirir aptidão, precisão e celeridade num determinado género de trabalho, isto é, para fazer dele uma força de trabalho desenvolvida e especializada, é preciso uma certa educação que, por sua vez, custa uma soma maior ou menor de equivalentes em mercadorias. Esta quantidade varia segundo o carácter mais ou menos complexo da força de trabalho. Também as despesas de educação - muito reduzidas, aliás, para a força de trabalho simples - entram no total das mercadorias necessárias à sua produção" (10, I, 132).

O que significa que existem alguns serviços não identificáveis como mercadorias, actividades improdutivas, que dão lugar a certas despesas por parte dos vendedores da força de trabalho e que, como tal, podem ser comparáveis a um certo "equivalente de mercadorias" e englobáveis no valor da força de trabalho. Seria o caso das despesas de educação referidas, mas também das de saúde, das de certas formas de lazer e doutras (7).

A formação profissional espontânea adquirida ao longo de um certo tempo de execução de actividade, não dando lugar a despesas, não seria componente do valor da força de trabalho - elemento interveniente a nível individual na passagem do valor ao salário.

Aos elementos anteriormente apresentados devemos acrescentar que: a) o tempo tomado como referência é o da "produção" da força de trabalho actualmente (quer para a consideração das mercadorias adquiridas quotidianamente quer para as restantes); b) ao tratarmos do salário estamos no espaço dos preços, pelo que devemos considerar as diversas mercadorias pelos seus preços médios.

Considerando o conjunto destes elementos teríamos como variáveis da função do valor determinativa dos salários as seguintes:

- a) $\{q_i\}_{-j}$ - quantidade de valores de uso de primeira necessidade socialmente utilizáveis para produzir (com j positivo, isto é, consumidos no passado), conservar e perpetuar (com $j = 0$) a força do trabalho;
- b) $\{p_i\}_{-j}$ - preços médios dos respectivos valores de uso num determinado espaço;
- c) $\{d_i\}_{-j}$ - quantidade das despesas com serviços não identificáveis como mercadorias realizáveis no passado e no presente.

Estes elementos contêm um conjunto de imprecisões quando se quer passar para a quantificação (vide 15), mas eles tenderiam a identificar o valor da força de trabalho com o cabaz de mercadorias. Ora existe um conjunto de factores sociais que impedem essa redução. De entre eles destacaria apenas dois aspectos ilustrativos: o sustento dos desempregados e a intervenção do Estado.

O valor de uma unidade de força de trabalho é uma parte alíquota da massa global existente numa determinada sociedade e porque o tempo de produção desta mercadoria é longo torna-se imperioso a existência permanente de uma "reserva indispensável a um aprovisionamento contínuo do mercado de trabalho" que acompanha o pulsar da acumulação:

"O valor de troca da força de trabalho engloba não só o do pão quotidiano do operário no trabalho, mas também o da manutenção do desempregado, do doente, da criança" [3, 10].

O Estado sempre interveio na existência e reprodução da força de trabalho, quer utilizando a violência para separar os trabalhadores dos meios de produção, quer promovendo um conjunto de normas e leis condicionantes e enquadradoras da actividade do capital, quer ainda assumindo a responsabilidade pela

"tendência à socialização de uma parte do capital variável, cujo efeito é, para os capitalistas individuais, de reduzir o avanço que eles têm que fazer em capital variável" [6, 68/69].

Será pois necessário considerar na função valor uma outra variável que exprima o conjunto de factores sociais que impedem uma redução do valor da força de trabalho ao "cabaz de mercadorias" (8).

Analizada a determinante profunda dos salários, o seu eixo de referência essencial, impõe-se reter as variáveis capazes de impôr diferenças entre o valor da força de trabalho e o salário, não em relação a cada trabalhador em especial, mas para a situação média de uma determinada sociedade. O conjunto desses elementos consti-

tuirá o que podemos designar por função dos impactos adicionais sobre o preço da força de trabalho.

Esses elementos não são casuais, mas expressão das leis fundamentais da acumulação capitalista. Sem passar pela análise detalhada de cada uma delas, e entrando em linha de conta com outros aspectos estritamente ligados à especificidade da mercadoria força de trabalho, podemos sintetizá-los:

a) Um dos aspectos que distingue a mercadoria força de trabalho das restantes é o facto de a sua compra e venda se polarizar em duas classes sociais opostas. O acto de transacção no mercado traduz uma determinada correlação de forças e é influenciado pela situação da luta de classes, a qual exprime um conjunto de componentes: experiências passadas da luta, organização das classes em confronto, representação das classes no Estado, formas de intervenção deste, etc. Poderemos tentar englobar toda essa complexidade de fenómenos na designação genérica de força social do capital, expressável por C1.

b) A intensidade e o tipo da acumulação capitalista produzem múltiplos efeitos sobre os salários. A sua enunciação exaustiva estava contra a própria noção de modelo que referimos, mas existem alguns efeitos que devem ser destacados:

- a acumulação capitalista cria novos valores de uso, impõe alterações nos hábitos de vida, aumenta a massa das necessidades, ao mesmo tempo que eleva a massa global de mercadorias produzidas, pelo que será correcto afirmar que "o progresso constante da acumulação deve levar, mais cedo ou mais tarde, a um aumento gradual dos salários" [10,III, 55], aspecto em que Lenine frequentemente insistiu.

- A concentração e centralização do capital estão ligadas às economias de escala, à composição orgânica do capital e à elevação da produtividade, ao mesmo tempo que conduzem ao aumento da capacidade organizativa, ideológica e de luta dos trabalhadores, o que reforça a tendência anteriormente referida.

- O aumento da produtividade conduz a uma diminuição do valor dos bens de primeira necessidade, pelo que pode conduzir a uma diminuição do salário pela via do valor. Actua também no mesmo sentido a generalização do trabalho feminino.

- Estes movimentos de longo prazo do capitalismo interligam-se contraditoriamente com a dinâmica conjuntural da economia:

"Embotando o agulhão do ganho, a alta progressiva dos salários começa a retardar o andamento da acumulação, que diminui, mas esta própria diminuição faz desaparecer a causa primeira, o excesso em capital comparado à oferta do trabalho: desde então a taxa de salário volta a cair a um nível conforme com as necessidades da valorização do capital, nível que pode ser superior, igual ou inferior ao

que era no momento em que o aumento de salários teve lugar. Desta forma, o mecanismo da produção capitalista afasta espontaneamente os obstáculos que ele próprio chega por vezes a criar" (10, III, 60).

Estas algumas das variáveis (C21, C22, C23, C24,...) genericamente designáveis por C2.

c) O capital produz um "exército industrial de reserva", uma massa de desempregados, em parte de natureza permanente e no restante oscilando ao longo da dinâmica conjuntural, o qual influencia os salários pelos mecanismos de oferta e procura - à partida viados porque não são o ponto de encontro de vontades autónomas mas o resultado da acção do capital sobre os dois lados do mercado - e pela disciplina laboral.

E o peso relativo dos desempregados em relação aos activos que designamos genericamente por C3.

Destes aspectos resultam igualmente duas outras conclusões:

- Entre estas variáveis de influência da acumulação capitalista sobre os salários há uma clara interdependência que se expressa por múltiplas vias, expressão da unidade da acumulação;

- A acumulação capitalista influencia o valor da força de trabalho e as alterações neste, repercutindo-se sobre o lucro, também têm uma certa influência sobre a acumulação ⁽⁹⁾.

Sobre estas determinantes salariais uma observação final. Trata-se de uma explicação aplicável ao salário médio de uma determinada sociedade capitalista e, por isso, só tem aplicabilidade para a quantificação dos salários ao longo do tempo, pelo que todas as variáveis devem ser consideradas como evolutivas, marcadas não pelo tempo cronológico - embora este possa servir de base para as quantificações - mas pelo tempo de transformação das estruturas.

E desta dinamização ressaltam duas conclusões:

- a) Se a função valor é o eixo de referência, como anteriormente concluimos, a função dos impactos adicionais sobre o preço da força de trabalho repercute-se mais sobre a variação salarial que sobre o seu nível absoluto ⁽¹⁰⁾;

- b) A dinâmica de cada uma das variáveis explicativas seria diferente e enquanto o peso relativo dos desempregados em relação aos activos, os preços e as despesas actuais com serviço apresentam uma grande mutabilidade e influenciam duradouramente as alterações salariais, o mesmo se passando com os preços e despesas passadas em relação aos níveis futuros de salários, as quantidades de mercadorias (assim como o tipo de serviços que dão lugar às despesas) apresentam uma muito maior estabilidade. Designando globalmente C2 como indicador do tipo de acumulação, poderemos dizer que essa variável, conjuntamente com o conjunto de factores sociais e políti-

cos que não permitem reduzir o valor da força de trabalho a um cabaz de compras, são estáveis (embora com dinâmica conjuntural interna) durante grandes períodos históricos, mas podem apresentar grandes alterações em fases de ruptura, sinal de uma modificação da acumulação, e estas afectam o significado das outras variáveis e suas relações. Finalmente a força social do capital surge como um elemento "perturbador" do jogo das restantes variáveis.

2.2 - A desagregação do modelo anteriormente esboçado, tendo em conta a análise regional dos salários, coloca à partida duas questões:

a) Qual o espaço de homogeneização do valor da força de trabalho? Por outras palavras, qual o espaço geográfico-social no qual se forma o valor da força de trabalho?

Obviamente que esta questão não pode fazer esquecer a diversidade de forças de trabalho e a inevitável existência de clivagens:

"Se considerarmos num determinado momento a força de trabalho dos diversos trabalhadores temos um vasto xadrez de matizes imposto pela divisão social do trabalho e pelas aptidões individuais (também um produto social) em que aspectos qualitativos sobressaem. É possível estabelecer uma hierarquização de graus de complexidade da força de trabalho, embora tenha pontos de ruptura que evite uma hierarquização total. É possível falar em força de trabalho simples para a(s) unidade(s) elementar(es) mas **não é possível falar em força de trabalho média**, a não ser unilateralmente (aspecto quantitativo)" [15, 134/135].

Mas ela deve levar à verificação da área geográfica de mobilidade dos compradores e vendedores da força de trabalho, da sua modificação histórica em íntima ligação com todos os restantes elementos de evolução económico-social.

Por simplificação baseada na existência de fronteiras políticas entre os diversos países, poder-se-á admitir que o modelo esboçado no ponto anterior se refira a um país, o que eventualmente não traz distorções significativas aos resultados, mas, rigorosamente, a questão da mobilidade da força de trabalho e do âmbito de propagação das ofertas de emprego pelo capital deveriam ser modelizados no âmbito internacional.

b) Qual a área geográfica de manifestação específica de cada uma das variáveis explicativas?

Aí só uma análise empírica de cada uma delas permitirá dar uma resposta, que no plano teórico apenas poderá ser esboçada dizendo que a articulação entre modos de produção diferentes, o desenvolvimento desigual do capitalismo, a diversidade de critérios de localização das actividades produtivas e improdutivas e outros

aspectos similares são de molde a admitir a existência de diferenças regionais na dinâmica das variáveis explicativas.

Tentando conjugar estes aspectos gerais com um primeiro conhecimento da economia portuguesa, poderíamos apontar as seguintes hipóteses de trabalho:

I) O espaço de homogeneização do valor da força de trabalho apresenta um conjunto de fracturas, com maiores ou menores pontes de ligação conforme os casos e as épocas históricas. Essas fracturas correspondem mais à matriz de sectores de actividade e, sobretudo, de profissões, que a qualquer esquema de divisão regional.

II) Os objectos do cabaz correspondentes à satisfação das necessidades fundamentais dos trabalhadores varia de região para região devido a condições geográficas e tradições, e ainda mais diferenciado é o conjunto dos referidos objectos que são mercadorias e, como tal, englobáveis no valor da força de trabalho - o que está relacionado com a produção específica de cada região, com o peso do artesanato e do autoconsumo, enfim, com o nível de penetração e desenvolvimento do capitalismo.

O mesmo se poderá dizer com as despesas actuais e passadas com actividades improdutivas.

III) Os preços das mercadorias são diferentes de região para região, mas em termos médios as clivagens são pouco significativas e atenuam-se ainda mais em termos de evolução.

IV) O conjunto de factores sociais e políticos que não permitem reduzir o valor da força de trabalho a um cabaz de mercadorias é profundamente diferenciado internamente e com matizes qualitativas de difícil quantificação. Contudo, na medida em que tem como elemento importante a intervenção do Estado sobre a força de trabalho, poderemos admitir que não apresenta diferenças regionais significativas.

V) A força social do capital tem elementos unificadores a nível nacional - estrutura do Estado, representação social na Assembleia e no Governo, organizações de classe de âmbito nacional - mas também tem fortes especificidades regionais - tradições de luta, organização de classe regionalizada, diversificação de sectores de actividade, ligação dos trabalhadores assalariados à restante população, unidade entre estratos e classes sociais, meios de informação, etc. Da síntese poder-se-á concluir pela hipótese de diferenciações regionais significativas.

VI) Será difícil de admitir que certas regiões do país apresentem modelos de acumulação específicos, apesar da existência das diferenças referidas em II), na medida em que é inegável a unidade do mercado nacional. Contudo, uma análise mais fina desta complexa variável permite detectar diferenciações regionais - quanto aos valores de uso produzidos e utilizados, concentração e centralização do capital, diferenciações de produtividade.

VII) Os níveis de desemprego, a correlação entre oferta e procura

ra de postos de trabalho, são diferentes de região para região, embora, geralmente, a situação a nível nacional influencie mais a dinâmica salarial que a situação local.

Para além da desagregação regional das diversas variáveis constantes do modelo nacional poder-se-ia ainda colocar a questão de saber se este modelo regional deve englobar outras variáveis.

Uma variável que medisse os impactos da dinâmica salarial das outras regiões sobre o que se passasse na região em estudo poder-se-ia apresentar como útil. É o que alguns autores de simbiose neo-keynesiana e neomarxista designam pela existência de salários-líder. Embora tal conceito surja ambíguo e ligado a algumas formulações teóricas que nada têm a ver com uma análise científica da sociedade capitalista - capacidade de os monopólios auto-regularem os seus mercados, livre actuação dos agentes - existem alguns dos seus aspectos que não devem ser desprezados: propagação da luta de classes, tomadas de referência das dinâmicas salariais de certos estratos de trabalhadores pelos restantes, por exemplo.

Além disso, a desagregação de qualquer modelo reforça os elementos aleatórios ⁽¹¹⁾.

2.3 - Temos consciência da dificuldade de concretização de um tal modelo para o nosso País ou para uma região como a do Norte. Ela resulta de factores muito diferentes, tais como:

- Algumas das variáveis são essencialmente qualitativas;
- A multidisciplinaridade tem um importante papel a desempenhar e está insuficientemente desenvolvida por falta de convergência temática em alguns assuntos e por deficiência institucional;
- Exigiria o apoio de estudos profundos da economia portuguesa e da região Norte que estão ainda por fazer;
- As deficiências estatísticas nacionais, nomeadamente no âmbito regional, imporiam particulares cuidados na descodificação das categorias económicas teóricas com vista à sua verificação fenomenológica.

Contudo, tal não deve ser encarado como obstáculo intransponível, e muito menos como razão para considerarmos inútil a apresentação de um modelo genérico como o formulado anteriormente. E em defesa disto poderiam ser aduzidos diversos argumentos. Limitar-nos-emos a dois:

1) Qualquer análise da dinâmica salarial tem que assentar no conhecimento das suas leis objectivas porque são estas que, em última instância, determinam aquela. Os intervenientes no processo são instituições e indivíduos com uma determinada margem de manobra mas desde a partida enquadrados pela estrutura das forças produtivas, relações de produção e sua articulação dialéctica.

Apesar da evidência deste aspecto não é raro defrontarmo-nos com leituras preferencialmente baseadas no comportamento dos agentes, nomeadamente dos sindicatos. A este propósito convirá recordar as conclusões de um dos poucos estudos econométricos que procuram distinguir os impactos objectivos e subjectivos (8): o aumento do nível de preços e o decrescimento do desemprego levam a um decrescimento do impacto estimado da sindicalização sobre as variações salariais.

Embora aplicável a uma realidade social bastante diferente da nossa, é interessante o alerta que lança sobre as fronteiras entre as duas componentes, dialecticamente interligadas.

2) Só uma visão de conjunto, a captação do essencial, nos permite aproveitar integralmente a vastidão da informação empírica que vai surgindo, quantas vezes contraditória. Assim, por exemplo, se dois estudos chegam a conclusões diferentes sobre a influência de uma determinada variável empírica sobre o nível salarial ou as suas variações, tal não deve constituir motivo de perplexidade, porque a mesma essência pode manifestar-se de diversas formas e porque há que considerar sempre o conjunto das variáveis em jogo.

3. ALGUMAS OBSERVAÇÕES EMPÍRICAS SOBRE OS SALARIOS E REMUNERAÇÕES NO PORTO E NO NORTE.

Como já salientamos anteriormente, não visamos testar todas as variáveis do modelo, mas tão somente compilar um conjunto de informações que o nosso aparelho estatístico permite.

Começaremos por uma comparação inter-distrital em termos de nível salarial e evolução, merecendo algum destaque o contraponto entre Porto e Lisboa. Seguidamente dedicaremos alguma atenção à dinâmica salarial regional. Finalmente procuraremos fazer uma breve leitura teórica dessas constatações.

3.1 - Começemos por analisar o nível das remunerações médias dos diversos distritos do Continente comparativamente ao existente no distrito do Porto para duas datas que distam de 13 anos (1965, 1978) com algumas similitudes de situação conjuntural mas separadas pela Revolução Portuguesa. Para tentarmos analisar quais as inflexões que este acontecimento político, conjuntamente com a crise de 1973 (IV) /1976, provocou na evolução, considera-se além do índice de crescimento relativo distrital para todo o período (1965/1978) o índice para os 8 primeiros anos (1965/1973):

Quadro I

Remunerações e suas taxas de evolução nos distritos do Continente em relação às do Porto

Base 100 = Distrito do Porto

	IRM 1965	IRM 1978	(A/B) 65/78	(A/B) 65/73
Aveiro	84,1	98,4	108,9	108,4
Beja	72,3	93,4	114,6	100,5
Braga	70,7	84,6	110,2	96,7
Bragança	68,3	85,1	112,5	97,0
Castelo Branco	91,7	92,4	100,5	91,9
Coimbra	86,2	102,2	109,7	104,1
Evora	77,8	90,3	108,5	112,7
Faro	68,6	96,1	119,2	136,0
Guarda	68,2	84,3	112,0	106,3
Leiria	95,4	101,0	103,2	96,9
Lisboa	150,8	125,0	89,5	95,5
Portalegre	67,8	98,5	121,4	73,7
Santarém	97,0	98,8	101,0	101,6
Setúbal	94,2	108,4	107,9	109,0
Viana do Castelo	88,2	80,6	95,0	74,3
Vila Real	73,3	89,9	111,7	98,4
Viseu	63,8	83,4	115,4	115,7

Fonte: Estatística das Sociedades

Observações: A = $\{(RMD_t/RMD_{t-j}) - 1\} \times 100$

B = $(RMP_t/RMP_{t-j}) - 1$

Estes dados permitem revelar algumas informações:

a) No distrito do Porto os trabalhadores por conta de outrem auferem das remunerações mais elevadas do Continente. Em 1965 apenas os do distrito de Lisboa as tinham maiores (1,5 vezes) ⁽¹²⁾ e em 1978 encontram-se nessa situação mais três distritos: Coimbra, Leiria e Setúbal ⁽¹³⁾. Os restantes distritos do Norte apresentam baixos níveis relativos de remuneração em qualquer dos anos, o que se pode ver claramente pela posição que ocupam numa ordenação decrescente

	1965	1978
Braga	14º	15º
Bragança	16º	14º
Viana do Castelo	8º	18º
Vila Real	12º	13º

particularmente grave em 1978, devido sobretudo à brutal perda de posição relativa do distrito de Viana do Castelo.

b) Entre 1965 e 1978 houve um movimento de aproximação das remunerações médias nos diversos distritos. Se é certo que alguns

distritos se diferenciaram dessa norma de conduta, como é o caso de Viana do Castelo, a referida tendência é bastante notória ⁽¹⁴⁾. Esse movimento de aproximação desenhou-se exclusivamente a partir de 1974.

As justificações destes dois fenómenos não surgem como imediatos. Em (2) são avançados os seguintes argumentos justificativos das diferenciações salariais: a) localizações geográficas dos vários ramos da indústria transformadora, pelo que as diferenciações regionais seriam um mero reflexo das sectoriais; b) âmbito distrital de muitos sindicatos e contratações colectivas. O primeiro argumento parece ser confirmado pelos dados disponíveis na medida em que as diferenciações salariais interdistritais são muito maiores considerando o conjunto das actividades económicas do que tomando apenas um sector: por exemplo, a razão entre o maior e o menor salário médio distrital para todas as actividades é de 1,55 em 1978, quando igual indicador é de 1,10 para o salário horário médio na construção e obras públicas. Mas, então, uma tal explicação remete para a análise das relações entre remunerações distritais e outros agregados macroeconómicos, uns sincrónicos e outros diacrónicos, em estreito entrelaçamento. Entre os primeiros a produtividade e o acesso ao crédito parecem ser influentes ⁽¹⁵⁾. Quanto ao segundo argumento, ele enquadra-se no conjunto de explicações essenciais, referidas no modelo, mas há que tecer duas considerações: i) não é de fácil confirmação empírica dada a multiplicidade de instrumentos de regulamentação, as diferentes datas de vigência das tabelas salariais, o conjunto de trabalhadores abrangidos, a ausência de termos de comparação e as tendências diversas que cada caso aponta ⁽¹⁶⁾; ii) as diferenciações salariais podem não reflectir diferentes correlações de força de hoje pois estas manifestam-se actualmente sobretudo nas taxas de variação e aquelas foram impostas no passado.

A explicação do movimento de aproximação interdistrital poderá ser atribuído à Revolução Portuguesa.

"A melhoria da posição relativa dos trabalhadores de mais baixos salários não foi alheia às sucessivas actualizações do salário mínimo nacional" (2, 69),

por essa via ou por outras. Contudo a explicação pode não ser tão simplista, pois tal fenómeno já se verificou anteriormente no nosso país durante crises de sobreprodução anteriores, nomeadamente na de 1929/33.

3.2 - Quando consideramos a taxa de salários e comparamos o seu andamento no Porto e em Lisboa chegamos aos seguintes dados; obtidos através do índice global de salários (Indústria e Transportes) publicado pelo INE:

Quadro II

Taxas de variação salarial

	<u>Porto</u>	<u>Lisboa</u>		<u>Porto</u>	<u>Lisboa</u>
1962	3,7	6,8	1972	12,0	8,6
1963	3,9	4,9	1973	9,4	12,4
1964	6,9	4,5	1974	32,3	28,0
1965	11,2	5,6	1975	24,4	17,1
1966	10,4	7,7	1976	10,8	11,2
1967	10,4	8,2	1977	11,5	11,3
1968	7,8	8,4	1978	9,0	10,4
1969	9,4	10,8	1979	15,8	12,8
1970	9,9	11,2	1980	20,1	20,0
1971	12,6	10,2			

Da sua leitura resulta de imediato:

a) O aumento de salários durante este período foi maior no Porto que em Lisboa. Enquanto naquele aumentou 10,1 vezes, neste cresceu 8,2 vezes. Após 1973 a diferença de crescimento foi menor, mas mesmo assim existente e no mesmo sentido: 3,5 vezes contra 3,0.

b) Em cada ano as variações nas duas cidades são notoriamente diferentes, mas apresentam no conjunto similitudes de comportamento (¹⁷).

O facto de o Porto apresentar taxas de crescimento mais elevadas confirma a conclusão já anteriormente obtida sobre a aproximação das remunerações, permitindo a conclusão que tal resultou de movimento de salários-base e das remunerações adicionais.

A similitude global de dinâmicas salariais pode ser explicada, a priori, por duas vias: determinantes salariais comuns, existência de salários-regionais líder com influência dos de uma cidade sobre os da outra. Estes dois aspectos não se excluem mas, na actual fase das nossas investigações, apresentá-los-emos separadamente:

I) As variações das taxas de salário nominal nas cidades de Lisboa e Porto parecem apresentar no período 1968/79 as mesmas leis de formação: sensibilidade prioritária às variações dos preços (variando no mesmo sentido) e às tensões no mercado de trabalho (sentido inverso) (¹⁸). Isto não invalida, obviamente, a existência de especificidades (¹⁹).

Além disso, a dinâmica dos salários, quer na região de Lisboa quer na do Norte, apresenta-se mais sensível à taxa de desemprego e às tensões no mercado do trabalho do país que na região (²⁰).

II) A existência de regiões com níveis (variações) salariais com

possibilidade de arrasto sobre os das restantes, justificável por diversas vias - nível de industrialização ou terciarização, organização sindical, regionalização do mercado da força de trabalho, etc. -, parece não se confirmar concludentemente no quadro da economia portuguesa (21).

3.3 - Procuremos analisar a evolução dos salários no Porto e na região Norte sem qualquer preocupação de estabelecermos comparações com o que se verifica nas restantes regiões do país.

Seria aqui que necessitaríamos de considerar indicadores capazes de cobrirem todas as variáveis definidas na apresentação do modelo teórico, ao mesmo tempo que tentaríamos conjugar as dinâmicas micro e macrotemporais. Contudo, na actual fase das investigações no nosso País tal não é viável. Retenhamos apenas algumas referências à influência do desemprego e das variações de preços sobre as variações de salários.

Já anteriormente referimos a sensibilidade da taxa de variação do salário horário nominal ($\dot{w}$) à taxa de desemprego, variando ambas em sentido inverso, ou a um indicador que a substitua, no caso presente a razão entre a procura de emprego (pelos trabalhadores) não satisfeita no fim do período (DENS) e a oferta de emprego (pelas empresas) não satisfeita no fim do período (OENS). A justificação da influência destas variáveis sobre os salários não surge simples (ver 20), pois tanto pode ser interpretada como uma relação de causalidade (os salários serem determinados pela oferta e procura no mercado de "trabalho") como um indicador de uma causalidade não explicitada (seria determinado, por exemplo, pela situação conjuntural) ou ainda como uma mera relação operacional (por exemplo, $\dot{w}$ e u seriam o resultado conjunto da "velocidade de ajustamento do emprego" às condições da procura final, reflexo do tipo de acumulação). Remetendo para o modelo anterior, a taxa de desemprego teria que ver, sem se identificar (4) com C_3 (peso do "exército industrial de reserva" na população activa) e com as variáveis de relacionamento.

Os ensaios empíricos para o distrito do Porto e para a região Norte mostram que em média, para o período 1968/79, a uma variação de unidade do rácio entre procura e oferta de emprego corresponde uma diminuição da variação salarial entre 0,25 e 0,45% (19 e 20).

A sensibilidade dos salários, mais exactamente $\dot{w}$, à taxa de variação dos preços tem sido justificada pelos teóricos de diversas formas (comportamento dos agentes em termos de "salários reais", influência recíproca de salários e preços à conjuntura, interdependência dos mercados de trabalho e dos produtos, reprodução da força de trabalho) (16) mas o modelo anteriormente apresentado remete-nos claramente para uma explicação assente na teoria do valor-trabalho.

Os ensaios empíricos realizados para o distrito do Porto e região Norte mostram uma grande sensibilidade das variações salariais às variações dos preços, maior que em diversas outras regiões do País (22).

Contudo, esta sensibilidade das variações salariais e de remuneração no Norte (no que o distrito do Porto tem, certamente, uma grande influência) às variações de preços está fortemente correlacionada com a situação política geral do país, pois a introdução de variáveis indicadoras de alterações nesta (D_1 representando a repressão à luta dos trabalhadores no período 1968/73; D_2 expressando a Revolução Portuguesa nos anos 1974/75 e D_3 para referir as políticas de rendimentos - tecto salarial - em 1977/78) não só melhora os resultados do modelo (o coeficiente de determinação passa de 0,70 para 0,98) como diminui o parâmetro dos preços, enquanto mantém o do mercado de "trabalho":

$$\begin{aligned} \dot{R}^A = & 27,60 + 0,74 \dot{P}^{MA} - 0,27 (\text{DENS/OENS})_t^{MA} - 19,65 D_1 + \\ & (2,50) \quad (2,03) \quad (-3,26) \quad (-2,15) \\ & + 8,27 D_2 - 13,10 D_3 + e_t \\ & (1,49) \quad (-2,81) \end{aligned}$$

$$n = 11 \qquad R^2 = 0,98 \qquad F = 40,47 \qquad DW = 2,16$$

(R refere-se às remunerações segundo as Estatísticas das Sociedades, o ponto (.) exprime, como sempre, que se trata de taxas de variação percentual, e os "expoentes" A e MA referem serem dados anuais e médias aritméticas dos valores mensais durante um ano).

Se acrescentarmos que para nenhuma outra região do país a introdução destas variáveis políticas melhora o resultado, para além de que nem sempre os respectivos parâmetros apresentam o sinal correcto, poderemos concluir que estamos perante uma especificidade da região Norte (²³). Especificidade que se manifesta fortemente, como se pode verificar pelo valor absoluto dos parâmetros dessas variáveis. Assim, por exemplo, a introdução de uma política de tecto salarial, mantendo-se constantes as outras variáveis, tende a reduzir em 13,1% a taxa de variação das remunerações anuais.

3.4 - As observações empíricas anteriores sobre os salários e rendimentos no distrito do Porto e na região Norte mostram que não existem para o conjunto das actividades económicas e da indústria transformadora clivagens regionais nas determinantes salariais e que, provavelmente, muitas das suas especificidades são antes de mais a expressão de estruturas produtivas diferentes e da diversidade de comportamentos sectoriais.

Contudo, tais constatações de integração regional no contexto nacional não encobrem a existência de algumas especificidades na região do Porto, eventualmente influenciadas pela função valor mas sobretudo em resultado das variáveis que compoem a função dos impactos da acumulação sobre o preço da força de trabalho. Entre

aquelas podemos referir os ritmos de crescimento específicos, a maior ou menor sensibilidade ao mercado de "trabalho" e aos preços, mas o essencial radica-se na particular influência dos fenómenos políticos, quer sejam gerais quer enquadráveis em políticas de rendimentos e preços.

4. LEIS OBJECTIVAS E LUTAS DE CLASSES

4.1 - Conhecer a realidade não pode ser um mero exercício académico. É um momento de um processo que tem como alvo a transformação social, o alimentar da luta pela alteração profunda das relações sociais de produção. No momento presente, a democratização da sociedade portuguesa rumo ao socialismo.

Ao longo deste artigo tivemos a preocupação de explicitar a existência de um conjunto de leis objectivas que condicionam e moldam os comportamentos dos trabalhadores e dos sindicatos. Muitas das decisões assumidas por estes não são mais que a mera resposta, oportuna ou não, às pressões do económico. Contudo, se ficássemos por aí, correríamos o risco de cair num determinismo castrador da luta dos sindicatos, profundamente mistificador da realidade.

Nunca poderá ser esquecido que

"A história de toda a sociedade até agora existente é a história da luta de classes" [14, 59],

e que esta acção dos homens e das classes tem um campo autónomo de actuação que molda a realidade, influencia as condições objectivas modificando-as mas que, em última instância, são as forças produtivas e as relações sociais de produção que macrotemporalmente as condicionam:

"Os homens fazem a sua história, quaisquer que sejam os rumos desta, na medida em que cada um busca os seus próprios fins, com a consciência e a vontade do que fazem; e a história é precisamente o resultado dessas numerosas vontades projectadas em direcções diferentes e da sua múltipla influência sobre o mundo exterior" (7, 177/178).

"Por conseguinte, se se quer investigar as forças motrizes que - consciente ou inconscientemente, e muito amiúde inconscientemente - estão por trás desses objectivos pelos quais os homens actuam na história e que constituem as verdadeiras alavancas, forças motrizes da história, é necessário não nos determos tanto nos objectivos de homens isolados, por muito importantes que sejam, como naqueles que impulsionam as grandes massas, os povos, no seu conjunto e, dentro de cada povo, classes inteiras" (7, 179/180).

"O resultado geral que se ofereceu e, uma vez ganho, serviu de fio condutor aos meus estudos, pode ser formulado assim sucintamente: na produção social da sua vida os homens entram em determinadas relações, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada etapa de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura económica da sociedade, a base sobre a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material é que condiciona o processo da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, inversamente, o seu ser social que determina a sua consciência" (11, 530/1).

Retomando mais especificamente o modelo explicativo dos salários, verifica-se que a luta de classes influencia as diversas funções que a constituem, constitui o cerne de algumas variáveis:

- A luta de classes influencia o valor da força de trabalho, de múltiplas formas, das quais escolhemos, para exemplificarmos, o seguinte:

"O valor de troca da força de trabalho é pois função das condições objectivas, historicamente precisas, da sua reprodução e da capacidade dos assalariados imporem o reconhecimento destas condições" (6, 68).

- A luta de classes está directamente relacionada com a variável "força social do capital", condiciona o modelo de acumulação e altera o quantitativo dos parâmetros de relacionamento do "exército industrial de reserva" com as variações salariais; falando uma linguagem mais econométrica, a forma das regressões, os montantes dos parâmetros e o seu grau de significância são influenciados, dentro de um determinado intervalo, pela actuação dos "agentes". A luta de classes cria a possibilidade de rupturas sociais.

"A luta por melhores condições de vida aparece como um elemento económico-político de intervenção na construção de um modelo de desenvolvimento não-capitalista, mostrando a incompatibilidade da acumulação capitalista com os interesses das amplas massas populares, forçando a adaptação dos outros aspectos que só em conjunto constituem um modelo coerente" (17, 24).

- A organização sindical, a unidade e a ruptura entre as lutas de classe regional e nacional molda a possibilidade de existência de salários-líder e a sua dinâmica de propagação.

4.2 - Dos resultados empíricos obtidos anteriormente sobre a dinâmica salarial no distrito do Porto e limitando-nos exclusivamente a esse aspecto, ressaltariam as seguintes orientações para a luta

sindical, por ordem descendente de importância, embora indissoluvelmente ligados:

- 1 - Estreita ligação entre a luta económica e a luta política. Combate a toda a política de rendimentos condicionantes do aumento salarial. Luta contra a repressão.
- 2 - Continuação da luta pela manutenção do poder de compra dos trabalhadores.
- 3 - Intensificação da luta contra o desemprego quer na defesa dos postos de trabalho quer na proposição de uma política de desenvolvimento económico e progresso social.
- 4 - Intervenção múltipla na defesa de uma política de reestruturação de sectores existentes, implantação de outros e harmonização da malha produtiva, isto é, de uma política planeada e coerente de desenvolvimento regional no quadro das necessidades de transformação social do país.

Outubro de 1983

NOTAS

- (1) Este trabalho não seria possível sem o labor desenvolvido por todos aqueles que no GEMOR - Faculdade de Economia do Porto - e no GE - Federação dos Sindicatos Têxteis - se têm preocupado com esta problemática. A todos eles os meus agradecimentos, assumindo a responsabilidade pela leitura teórica e conclusões.
- (2) Como temos vindo a insistir há algum tempo os salários são prioritariamente nominais. O conceito generalizado de "salário real" acarreta grandes ambiguidades. Quando muito será uma noção auxiliar de certas leituras fenomenológicas. Ver algumas referências ao assunto em (16) no anexo B.2
- (3) Para uma primeira revisão dos trabalhos mais importantes, ver a bibliografia do livro I de (20)
- (4) No presente artigo utilizamos os resultados constantes de trabalhos publicados (20) e de relatórios de investigação em curso, dirigidos por Conceição Silva para as curvas de Phillips profissionais e por José Figueiredo para as curvas regionais.
- (5) As investigações sobre os salários-líder foram feitas no GEMOR, conduzidas por Victor Santos na óptica regional e por Carlos Pimenta na sectorial-profissional.
- (6) Para um estudo pormenorizado desta questão ver as fontes (13) (10) (12) ou trabalho de divulgação (15)
- (7) Note-se, aliás, que as actividades mais importantes, como as de educação, formação profissional e saúde foram em grande parte apropriadas pelo Estado. A redução do seu preço, indo até à gratuitidade, é uma forma de reduzir o valor da força de trabalho.

- (8) Designando-se por V_0 este conjunto de factores sociais, sendo $\{q_i\}_{-j}$, $\{p_i\}_{-j}$ e $\{d_i\}_{-j}$ vectores linha e identificando o salário apenas com a função valor, teríamos

$$S = \sum_{j=n}^0 (\{q_i\}_{-j} \cdot \{p_i\}_{-j} + \{d_i\}_{-j}) + V_0$$

Designando $\{q_i\}_{-j}$ com $j=0$ por Q , quantidade de mercadorias, e a média ponderada dos preços p_i no momento actual por P , designando por Q_{-j} e P_{-j} os mesmos agregados para períodos anteriores e por D e D_{-j} a globalidade das despesas actuais e passadas, poderíamos exprimir simplistamente da seguinte forma

$$S = V(Q, Q_{-j}, P, P_{-j}, D, D_{-j}, V_0).$$

Da comparação desta simbologia com a utilizada por nós em trabalhos anteriores [20] [16] verifica-se uma maior desagregação na formulação presente. O que designávamos por V_{-j} englobava Q_{-j} , P_{-j} , D e D_{-j} . A utilidade de uma maior agregação ou desagregação depende sobretudo das vias de quantificação utilizadas e dos objectivos propostos.

- (9) Simbolizemos os aspectos anteriormente referidos:

$$S = v(\dots) + p(C_1, C_2, C_3, C_4) + r(v, p)$$

em que C_4 representa a interinfluência das diversas variáveis da função p , eventualmente quantificável por $\prod_{i=1}^3 Z_i C_i$ com $0 < Z_i < 1$. A função r é a de interligação entre as componentes da "produção" e da troca da mercadoria força de trabalho.

Como vimos, poderíamos ainda considerar

$$C_2 = C(C_{21}, C_{22}, C_{23}, C_{24}, \dots)$$

- (10) O salário varia no mesmo sentido que Q , Q_{-j} , D , D_{-j} . As variações salariais variam no mesmo sentido que C_{21} , C_{22} , e em sentido inverso a C_1 , C_{23} , C_{24} , e C_3 .

- (11) Nesta altura poderíamos formalizar o modelo da seguinte forma:

$$SR(t) = v(QR, QR_{-j}, P, P_{-j}, DR, DR_{-j}, V_0) + p(CR_1, C_{21}, CR_{22}, CR_3) + r(v, p) + l(SNR) + e$$

em que C_{21} seria a fracção da variável C_2 comandada por uma dinâmica nacional e CR_{22} a por uma dinâmica regional, $l(SNR)$ seria uma função de medição dos impactos dos salários (variações de salários) nas outras regiões sobre os que vigoram na região a que o modelo se aplica. A variável "e" mediria a aleatoriedade de certos movimentos.

- (12) Em [1] uma das variáveis explicativas das diferenciações salariais inter-sectores em 1965 era a importância da sua localização em Lisboa:

$$y_i = -65,53 + 0,404391 X_{2i} + 0,290872 X_{3i} \quad r^2 = 0,932$$

(0,0563) (0,0906)

com y_i = salário médio da indústria i

X_{2i} = Índice de qualificação média na indústria i

X_{3i} = Percentagem de trabalhadores na indústria i no distrito de Lisboa

Note-se, contudo que X_{3i} está correlacionado com X_{2i} ($R^2 = 0,584$), com a % de trabalhadores não-manuais ($R^2 = 0,640$), com a produtividade ($R^2 = 0,506$) e com os encargos em bens de equipamentos por trabalhadores ($R^2 = 0,491$).

- (13) Para 1978 [2] apresenta um panorama ligeiramente diferente. Além dos referidos distritos apresentam salários superiores ao Porto os de Bragança, Évora e Guarda. As diferenças entre o que afirmamos e a constante desse trabalho pode resultar dos seguintes factos:

- nós trabalhamos com remunerações e aquele estudo com salários base
- nós referimos-nos a todas as sociedades com sede no continente e aquele às actividades não agrícolas e às empresas com mais de 5 pessoas
- a nossa fonte é o INE e cobre as sociedades e a daquele o MT que trabalha por amostragem (20% do emprego).

- (14) Designando por ΔR o índice da taxa de crescimento no período 1965/78 (coluna 3 do quadro 1) e por IRM_{65} o índice de remuneração média, em 1965 obtemos

$$\Delta R = 136,60 - 0,339 IRM_{65} \quad R^2 = 0,712 \\ F = 37,123$$

- (15) Construídos índices de diferenciação regional (Porto = 100) para diversos indicadores eventualmente explicáveis dos valores de idêntico indicador dos salários para os anos 1972/73 e 1978/79 (tomou-se a média de dois anos para reduzir o impacto de factores acidentais) conclui-se que as diferenciações distritais dos salários

- não são explicadas pela dimensão média das sociedades, pelas receitas totais por trabalhador, pelos consumos intermédios por trabalhador; também não são pela importância relativa dos operários ou técnicos no conjunto dos trabalhadores;
- São parcialmente explicadas pelo valor acrescentado bruto por trabalhador e pelo saldo da dívida nos dois períodos referidos, como se vê pelo R^2

	<u>VAB/TR</u>	<u>SD/TR</u>
1972/73	0,168	0,050
1978/79	0,436	0,358

referente às 18 observações.

Entre VAB/TR e SD/TR não existe qualquer correlação ($R^2 = 0,063$), pelo que adquire particular significado, para 1978/79

$$\frac{SAL}{TR} = 55,411 + 0,432 \frac{VAB}{TR} + 0,122 \frac{SD}{TR} \quad R^2 = 0,663$$

A diferença da significância entre 72/73 e 78/79 aponta para o entrelaçamento de factores sincrónicos e diacrónicos.

- (16) Veja-se a publicação do Serviço de Estatística do Ministério do Trabalho "Quadros de Pessoal - Regulamentação Colectiva, nº. de Trabalhadores e remunerações médias".
- (17) Designando por $\dot{S}_1$ e S_p as taxas de variação salarial respectivamente de Lisboa e Porto, para o período 1964/1980 temos

$$\dot{S}_1 = 1,495 + 0,773 \dot{S}_p \quad R^2 = 0,823 \\ (1,103) (8,353) \quad F = 69,771 \\ DW = 1,538$$

- (18) Os ensaios com a chamada curva de Phillips [20] permitiram obter os seguintes resultados:

Lisboa (1968/79)

$$\dot{W}_t^A = 3,363 + 0,929 \dot{P}_t^A - 0,175 (\text{DENS/OENS})_t + e_t$$

(1,218) (4,063) (-2,934)

$$n = 12 \quad R^2 = 0,65 \quad F = 8,37 \quad DW = 1,77$$

Porto (1968/79)

$$\dot{W}_t^A = 1,308 + 1,422 \dot{P}_t^A - 0,360 (\text{DENS/OENS})_t + e_t$$

(0,405) (5,226) (-4,379)

$$n = 12 \quad R^2 = 0,76 \quad F = 14,38 \quad DW = 2,40$$

em que DENS e OENS são a procura e oferta de emprego não satisfeitos no fim do período, $\dot{W}$ e $\dot{P}$ são as taxas de variação das médias aritméticas dos índices de salários e preços reportados ao valor médio anual precedentes. As variações de preços em Lisboa e Porto são semelhantes.

- (19) Para essas especificidades transcrevemos:

"Como exemplos de comportamento diferente dos salários nas cidades de Lisboa e Porto poder-se-á referir, para além dos diferentes valores dos parâmetros, o maior desfasamento temporal entre as variações de preços e salários no Porto para o primeiro período (1962/67) acompanhado de uma muito maior sensibilidade aos fluxos emigratórios.

Além disso, para 1968/73 é a cidade do Porto que surge como mais sensível às tensões no mercado de trabalho (DENS/OENS) enquanto que em 1974/80 é em Lisboa que os salários reajem melhor no mercado de trabalho. Resultados que exigem um estudo mais completo para tirar conclusões" (19, p.10).

- (20) Segundo as conclusões de J. António Figueiredo (GEMOR) para 1968/78 e para a região do Norte, teríamos:

$$\dot{W}_t = 3,34 + 1,59 \dot{P}_t - 0,25 (\text{DENS/OENS})_{t-1}^{Nt}$$

(0,57) (3,45) (-2,12)

$$R^2 = 0,60 \quad F = 5,97 \quad DW = 1,35$$

$$\dot{W}_t = 2,50 + 1,78 \dot{P}_t - 0,45 (\text{DENS/OENS})_{t-1}^{Nc} + I_t$$

(0,48) (4,23) (-2,87)

$$R^2 = 0,69 \quad F = 8,95 \quad DW = 1,58$$

em que Nt refere-se ao Norte e Nc ao nacional

- (21) Segundo os cálculos de Victor Mendes (GEMOR) e utilizando um modelo do tipo

$$W = f(g(t), \sigma_{t-i})$$

em que σ_{t-i} é o desvio padrão dos salários dos 18 distritos do continente i períodos anteriores, pode-se concluir que σ_{t-1} pouco acrescenta, mas

"Esta variável (σ) aparece (estatisticamente) com maior poder explicativo quando desfasado (relativamente ao modelo $St = f(t, t^2)$, o coeficiente de determinação tem o maior incremento com a introdução de σ_{t-1} ; de referir, no entanto, que a rejeição da hipótese de ser nulo o coeficiente associado a esta variável é feita mais confortavelmente quando a utilizamos sem desfasamento".

- (22) Os ensaios para a cidade do Porto (1968/79) com um modelo $\dot{W} = f(\dot{P}, \text{DENS/OENS})$ dão um valor do parâmetro de 1,422, contra 0,929 em Lisboa.

Enquanto para a cidade do Porto um ajustamento $\hat{W} = (\hat{P}, \hat{P}^2, \text{DENS/OENS})$ melhora o resultado em relação ao anteriormente referido, o mesmo não se passa para a cidade de Lisboa.

No modelo para as regiões utilizando o mercado de trabalho nacional o parâmetro afecto a $\hat{P}$ é maior na região Norte que nas do Centro de Lisboa.

- (23) Este resultado exige alguns comentários adicionais:
- não é de espantar a correlação entre $\hat{P}$ e $D1$, $D2$ e $D3$; tal facto expressa-se em que o parâmetro da primeira variável passa de 1,59 para 0,74 com a introdução das variáveis políticas, ao mesmo tempo que o valor amostral de t reduz-se de 3,45 para 2,03.
 - o parâmetro de $D3$ é significativamente diferente de zero a um nível de significância de 5%, o de $D1$ de 10% e o de $D3$ apenas de 20%, o que aponta para o menor impacto da Revolução Portuguesa.
 - é de registar a hipótese da existência de autocorrelação.
 - os parâmetros das variações políticas apresentam um elevado valor absoluto.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- [1] Almeida, M. H. - "Factores Determinantes da Diferenciações Salariais Inter-Indústria". *Estudos 21*, 1ª Ed., Lisboa, Ministério do Trabalho
- [2] Leitão, M. L. (AAVV) - *Análises das Disparidades Salariais no após 25 de Abril*, 1983, Lisboa, IED
- [3] Brunhoff, S. - *Etat et Capital*, 1.ª Ed., Paris, Ed. Maspero - PUG
- [4] Brunhoff, S. - "Valor da Força de Trabalho, Salário e Intervenção do Estado", *Revista Técnica do Trabalho* nº 4, Junho/1980
- [5] Cervela, L. L. - "Las categorías esencia e fenómeno en el analisis del salario", *Economía y Desarrollo*, nº 64, Out. 1981, pp 37-49
- [6] Delaunay, J. C. - *Essai Marxiste sur la Comptabilité Nationale*, 1ª. Ed., Paris, Ed. Sociales.
- [7] Engels, F. - *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*, Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia, Lisboa, Ed. Avante
- [8] Hendricks, W. - "Unionism, Oligopoly and Rigid Wages", *The Review of Economics and Statistics*, vol. LXIII, nº2, 1981, Maio, pp. 198 - 205
- [9] Lenine, V. I. - *Obras Escolhidas I*, 1ª Ed., 1977, Lisboa, Ed., Avante, pp 759
- [10] Marx, K. - *Le Capital*, Ed. Francesa, 8 volumes, Paris, Ed. Sociales
- [11] Marx, K. - "Para a Crítica da Economia Política - Prefácio", in *Obras Escolhidas* nº 1, 1982, Lisboa, Ed. Avante
- [12] Marx, K. - *Salaire, Prix et Profit*, 1969, Paris, Ed. Sociales, pp. 92
- [13] Marx, K. - *Trabalho Assalariado e Capital*, 2ª Ed., 1981, Lisboa, Ed. Avante, pp. 57
- [14] Marx, K. (AAVV) - *Manifesto do Partido Comunista*, 1ª Ed., 1975, Lisboa, Ed. Avante
- [15] Pimenta, C. - "Força de Trabalho e Trabalho", *Revista Técnica do Trabalho* nº 2, Dez. 1979, pp. 115/158
- [16] Pimenta, C. (AAVV) - "Salários e Preços no Século XIX em Portugal - Análise Económica", *Boletim de Ciências Económicas*, Coimbra, 1983, 74
- [17] Pimenta, C. - "As vias de ampliação do Mercado Interno", *Economia EC*, nº 17, 1978, Novembro, pp. 13/24
- [18] Pimenta, C. (AAVV) - "Concentração e Salários - Alguns Dados", *Revista Técnica do Trabalho*, nº 9/10 pp. 148-156
- [19] Pimenta, C. (AAVV) - "A Curva de Phillips em Portugal: primeiros ensaios de um modelo global", *Comunicação para o CISEP-ISE*, Abril de 1983, pp. 17
- [20] Pimenta, C. (AAVV) - *Curva de Phillips em Portugal (Lisboa e Porto)*, 1ª Ed., Fevereiro 1983, Lisboa, IACEP, pp. 213